

Apontamentos sobre o *Compendio de História Universal* de Antonio Leite Ribeiro e o aprendizado escolar de Francisco Adolfo de Varnhagen da história como “mestra da vida”.

Laura Nogueira Oliveira *

Resumo: Neste trabalho analisa-se, primeiramente, a concepção de história e a importância atribuída a seu ensino por António Leite Ribeiro, professor de História do Real Colégio Militar, Lisboa, no início do XIX. Nos prefácios de seu *Compêndio*, Ribeiro apresentava a história como “mestra da vida” por ser ela fornecedora de bons exemplos de heroísmo e generosidade capazes de auxiliar na formação de homens virtuosos. Aponta-se, na seqüência, a proximidade desta concepção de história com aquela apresentada pelo historiador Francisco Adolfo de Varnhagen nos prefácios de suas obras. Varnhagen, ex-aluno do Real Colégio, estudou no livro de Ribeiro e, assim como o mestre, fazia o elogio da história por apresentar feitos gloriosos e por fomentar o desejo da imitação e da emulação. Do mesmo modo que Ribeiro, ele atualizava a clássica compreensão dos fins e da importância da escrita da história.

Palavras-chave: Filosofia da história, formação escolar, Varnhagen.

Abstract: In this paper we shall analyze, in first place, the conception of history and the importance assigned to history teaching by António Leite Ribeiro, a History teacher of *Real Colégio Militar*, Lisbon, in the beginning of XIX. In the preface of the *Compêndio* and along his work, Ribeiro presented history as “master of life” as it can give good instances of heroism and generosity which can help in the formation of virtuous men. The text shows the proximity of such conception of history and that given by the historian Francisco de Varnhagen in the prefaces of his works. Varnhagen, a primer student of *Real Colégio*, studied in the book of Ribeiro and, as his master, extols history as it can show magnificent acts and nourishes the desire of imitation and emulation. As Ribeiro, Varnhagen modernized from classic antiquity the meaning of the end and the importance of writing history.

Keywords: Philosophy of History; scholar education; Varnhagen.

António Leite Ribeiro foi professor de história e de filosofia moral do Real Colégio Militar da Luz¹, Lisboa, de março de 1817 até seu falecimento, em agosto de 1829 (MAYA, 1903:108-109). Em 1823, o professor publicou, pela Impressão Régia, um *Compendio de História Universal* que, oferecido ao infante D. Miguel, era apresentado como “composto para uso dos alumnos do Real Collegio Militar” (RIBEIRO, 1823: folha de rosto). Certamente ao editar este livro, Leite Ribeiro atendia a uma determinação da Instituição onde trabalhava. Isto porque, segundo as prescrições do Alvará, que regulamentou o funcionamento do Real

* Professora de História do CEFET/MG; doutora em Estudos Literários pela FALE/UFMG, com estágio de pesquisa na Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação de Lisboa; mestre em História das Relações Sociais de Dominação pela FAFICH/UFMG.

¹ O Colégio Militar da Luz é uma escola bicentenária portuguesa cuja origem remonta ao início do século XIX, período de intensas guerras vividas pela Europa, decorrentes dos sucessos Revolução Francesa. (COSTA MATOS, 2003: vol. I, 42-51).

Colégio a partir de 1816, seus professores eram obrigados a redigir comentários sobre os compêndios escolares utilizados em suas aulas e a preparar acréscimos aos mesmos. Ainda segundo o Alvará, todo o material elaborado pelo professor seria submetido à avaliação da Congregação Literária² e, então, remetido para apreciação real. Obtida a sanção do Rei, as anotações do professor deveriam ser, então, organizadas “em Compêndios próprios de cada huma das Aulas” (Alvará, 1816: 27). O Alvará de 1816 estabelecia ainda que os professores estavam obrigados a prestar “conta dos trabalhos que tiverem feito relativos aos seus Compêndios” (Alvará, 1816: 36). A partir do trabalho de anotações dos professores aos livros adotados, esperava-se a construção de compêndios específicos para o uso no Real Colégio.

Foi neste contexto institucional e tendo um público alvo já previamente selecionado, que o professor Leite Ribeiro redigiu o *Compendio* acima mencionado. Em março de 1820, na sessão de número 126 da Congregação Literária, “o professor de Historia [leu] as primeiras Liçoens relativas ao Compendio de Historia Universal que esta formando”. Em outubro do mesmo ano a Congregação emitiria seu parecer sobre o livro de Leite Ribeiro e o aprovaria (Registo dos Assentos das Congregações Literárias, Livro I, 1814: 98, verso). Editado em 1823, o *Compendio* preparado por Leite Ribeiro tornou-se de uso obrigatório no Colégio, a partir de julho de 1824, quando, na sessão daquela Congregação:

foi lido o Officio do Exmo. Sr. Ministro da Guerra, participando que Sua Magestade fora servido mandar admittir no mesmo collegio a primeira parte do Compendio de Historia Universal, organizado para uso dos Alumnos pelo Professor de Filosofia Racional e Moral e Geografia e Historia, António Leite Ribeiro (Registo dos Assentos das Congregações Literárias, Livro I, 1814: 130, verso)

Certamente as anuências dadas ao *Compendio de História* de Leite Ribeiro, tanto aquela emitida por seus pares da Congregação Literária quanto a governamental, podem ser creditadas, ao menos em parte, ao fato de ele atender às expectativas que os contemporâneos do professor tinham em relação ao estudo da História. Por que seu ensino deveria acontecer em uma escola militar, voltada para a preparação de futuros oficiais para o Exército português? Qual a sua importância na formação destes profissionais? Que “história” deveria ser aprendida?

² Órgão oficializado também pelo Alvará de 1816, a Congregação Literária era dirigida pelo diretor do Colégio e constituída pelo seu corpo docente. Era um órgão colegiado com poder de decisão sobre vários aspectos da vida escolar. Nas atas de suas reuniões foram registradas as propostas e as resoluções tomadas em cada uma deles, mesmo que de forma sucinta. Além de oficializar a existência da Congregação Literária, o Alvará de 1816 estabelecia que fosse aberto um livro próprio, no qual deveriam ser registradas as resoluções tomadas em suas reuniões. (Alvará, 1816, p. 37-38).

Para responder a estas questões, implicitamente formuladas, António Leite Ribeiro preparou dois textos prefaciais - uma *Introdução* e um *Prolegômeno* - para apresentar sua obra. Dirigidos ao estudante-leitor, esses textos caracterizam-se por um caráter prescritivo e por uma pretensão de controle da leitura do livro. Antes que ela fosse iniciada, o professor desejava que seu aluno fizesse algumas reflexões sobre a filosofia da história e se convencesse da importância e da seriedade do empreendimento a realizar. O autor convidava seu aluno-leitor a iniciar seus estudos de história e, simultaneamente, procurava controlar o empreendimento a ser realizado.

No presente texto, são analisados o significado e a importância atribuídos pelo autor do *Compendio* ao estudo da história, nestes textos prefaciais. A escolha deles como fonte privilegiada, justifica-se pela própria natureza desse gênero discursivo, que faz deles a ocasião para a explicação e defesa da obra. Trata-se de um tipo de fonte que possibilita a compreensão das intenções e convicções do autor, porque neles se tem uma ocasião propícia para explicação e defesa da obra que segue.³

Na *Introdução*, Leite Ribeiro apresentava o estudo da história como aquele capaz de franquear aos homens “viver em certo modo em todos os tempos e em todos os lugares (...) sem as penalidades da velhice, e sem as fadigas da peregrinação” (RIBEIRO, 1987, p. XI-XII). Advertia, contudo, não se tratar da leitura de “meras curiosidades” porque o estudo da história tinha grandes fins a alcançar. Diferentemente do “romance moral”, ela era “a narração fiel de acontecimentos, seguidos e arranjados segundo a ordem dos tempos” (RIBEIRO, 1823: 1). Ela era a narrativa dos acontecimentos passados, construída a partir de testemunhos e do “estudo dos factos”, por meio dos quais o historiador “faz fallar as gerações passadas em proveito das futuras” (RIBEIRO, 1823: 6, 11-12). Exatamente por ser assim escrita, a história permitia “reflexões morais”. Portadora da verdade, a história apresentava aos homens do presente os feitos louváveis do passado. Nos exemplos de heroísmo e de generosidade, sempre premiados e glorificados pela memória, encontrava-se um incentivo permanente para se persistir no caminho das virtudes; simultaneamente, aprendia-se que os vícios eram execrados e punidos com o passar do tempo. E aqueles que sobre a história se debruçassem também desenvolveriam um caráter mais firme, tornando-se homens aptos para o comando de outros homens. Enfim, a história era uma mestra que buscava no passado modelos verdadeiros

³ Seguem-se aqui os estudos de Gérard Genette, que englobou na categoria de prefaciais todas as espécies de textos escritos “a respeito de um texto que o segue ou o precede” (GENETTE, 1987: 150). Segundo o autor, no século XIX, existia uma regra lógica que presidia à redação de prefácios, uma *dispositio* retórica ou uma gramática da enunciação, que estabelecia a ordem de exposição dos argumentos: geralmente se fazia a defesa prévia da obra, argumentando ser ela uma arte útil no plano moral e ou cívico. Esse tipo de valorização da obra foi comumente utilizado em prefácios de obras de história (GENETTE, 1987: p 184).

e edificantes, apresentava-os ao homem do presente e, deste modo, preparava-o para o futuro (RIBEIRO, 1823: XIII).

No *Prolegomeno*, Leite Ribeiro lembrava que o estudo da história permitia o conhecimento dos progressos das leis, dos costumes e das ciências e, por isto, era útil para ensinar os caminhos que conduziam à eliminação da barbárie. Simultaneamente, ela favoreceria a compreensão das causas da ascensão e queda dos impérios. Afinal, a seu ver a

Historia, como testemunha dos tempos, depositaria das acções e dos pensamentos, luz da verdade, vida da memória, e mestra dos costumes, não póde deixar de produzir irresistiveis attractivos em todos os Leitores, que procurão aperfeiçoar a sua razão. Ella he huma espécie de espelho, em que podemos compor a nossa vida pelas virtudes dos outros (RIBEIRO, 1823: 4).

A história era, portanto, a verdadeira “mestra da vida”, por seu papel fundamental na formação de homens, que desejariam alcançar a glória, graças à imitação e à emulação dos exemplos aprendidos.

O professor Leite Ribeiro e seus contemporâneos compreendiam que a formação de um homem virtuoso não prescindia jamais do estudo da *Clio*. Esta maneira de louvar o estudo da história e de estabelecer seu papel estruturante na formação moral dos homens tem sua origem na antiguidade clássica e não era, como pode parecer à primeira vista, um arcaísmo no início do século XIX.⁴ Pode-se, no mínimo, argumentar que, meio século depois do falecimento do professor, ela permanecia viva, ao menos na obra de um ex-aluno do Colégio que se tornara um historiador reconhecido e que fazia a louvação da história de forma muito similar àquela realizada por Leite Ribeiro.

Em outubro de 1825, o menino Francisco Adolfo de Varnhagen iniciou seus estudos no Real Colégio Militar da Luz, encerrando-os sete anos mais tarde.⁵ Varnhagen viria a ser, no século XIX, um dos grandes historiadores brasileiros, responsável pela pesquisa

⁴ Segundo François Hartog ao longo dos séculos, a história, entendida como “fornecedora de exemplos a serem imitados”, foi “um tema convencional, senão obrigatório nos elogios da história” (HARTOG, 2001: 181, 183, 171).

⁵ Contava então com 9 anos completos, uma vez que nascera em fevereiro de 1817. No Registo dos Alumnos do Real Collegio pode-se ler que Varnhagen: “Foi admittido a alumno Estadista, por Aviso da Secretaria de Estado dos Negocios da Guerra em data de 17 de setembro de 1825. Sahio por completar os Estudos”. Ainda nesse cadastro pode-se saber que Varnhagen passou a freqüentar a Escola em outubro de 1825 e saiu em 29 de agosto de 1832. Sobre a formação inicial do historiador Varnhagen, ela pouco tem chamado a atenção dos estudiosos que se debruçaram sobre sua obra. Na década de 1950, Clado Lessa afirmava não haver interesse por esta formação, pois seriam “pormenores de pouca importância quanto aos efeitos sobre a gloriosa carreira do historiador-diplomata” (LESSA, 1954, vol. 223: 95). Já na década de 1970, Alice Canabrava repisava no mesmo ponto – “conhecemos pouco a formação intelectual de Varnhagen” – e acrescentava que apenas se sabia de seu “treinamento como autodidata, na experiência de longos anos junto aos arquivos” (CANABRAVA, 1971:418).

sistemática, em arquivos portugueses e de outros países, de documentos referentes à história de seu país. Em 1854, ele publicaria sua obra maior: a *História Geral do Brasil (HGB)*.

Muito provavelmente, um dos primeiros contatos do menino Varnhagen com o estudo sistemático da história ocorreu no Real Colégio, por meio da leitura do *Compendio de Historia*. Apesar de Leite Ribeiro ter falecido em agosto de 1829⁶ e de o menino ter frequentado o segundo ano do Curso Militar, quando a disciplina era ministrada⁷, no ano seguinte à morte do professor, o *Compendio* permanecia como manual didático adotado na Instituição.⁸

Ao longo de sua vida como historiador, o ex-aluno do Colégio permaneceu fiel ao aprendizado da meninice. A leitura dos textos prefaciais, por ele redigidos para suas obras de história, permite-nos constatar permanência de uma compreensão, da filosofia da história, de uma tradição de longuíssima duração. Uma tradição na qual ele foi iniciado pelo estudo do manual do falecido mestre Leite Ribeiro. E do mesmo modo que o antigo mestre do Colégio Militar, Varnhagen se utilizou de textos prefaciais como espaço de reflexão sobre a importância da escrita e do estudo da história.

Em 1852, ao apresentar ao Imperador D. Pedro II os pressupostos que o orientaram na redação da *História Geral do Brasil (HGB)*, Varnhagen afirmava ser preciso “assentarmos bem quaes sejam reconhecidamente os dotes necessarios ao historiador”. Neste texto, intitulado *Como se deve entender a nacionalidade na História do Brasil*, prescrevia que um historiador deveria ser um filósofo.⁹ E ser um historiador filósofo era, conforme asseverava, ser dotado de “discernimento crítico”, controlar os “impulsos menos nobres de odio, ou de despeito, ou de vingança” e professar “maximas de política e de sciencia do governo, applicaveis a seu paiz” (VARNHAGEN, 1948: 229). A este historiador cabia a missão de

⁶ Nas Atas das sessões da Congregação Literária anotaram-se as várias ausências de Leite Ribeiro, ocorridas desde o início do ano de 1828. É também nas Atas que se tem o registro do falecimento do professor.

⁷ “No 1º anno do curso militar ensinar-se-há arithmetica, álgebra até á resolução das operações do 2º grau inclusivamente, geometria, trigonometria plana e seu uso pratico. No 2º, princípios geraes de táctica das differentes armas, castrametação, serviço de tropas ligeiras, e modo de fortificar, atacar e defender os postos, geographia, chronologia e historia. No 3º, estratégia, serviço de estado maior, geodesia e historia militar”(CORDEIRO, 1873: 35).

⁸ Na sessão de outubro de 1829 da Congregação Literária do Real Colégio, início de novo período letivo ocorrido após o falecimento de Leite Ribeiro, encontra-se a recomendação de que: “na aula de Geographia e História se não faça uso de postilas sem serem primeiramente submettidas ao exame da Congregação” (Livro de Termos, 1824: 48, verso). Tratava-se provavelmente de uma advertência prévia, visando impedir o novo professor de fazer uso de material ainda não avaliado pelas instâncias de poder. Nos anos seguintes não há menção, nas atas das reuniões da Congregação, de aprovação de novo manual de ensino. Apenas em 1831, nas Atas da Congregação, há referência à adoção de um novo compêndio: “Assentou a Congregação que se adoptasse para a (...) Aula de Geografia e Historia o Compendio ultimamente publicado em Coimbra, e o Epitome da Historia Moderna por [ilegível]”. (Livro de Termos, 1824: 60).

⁹ Esse texto foi lido, no mesmo ano, na Academia da História de Madri, segundo informação do próprio autor, que à época trabalhava na embaixada brasileira na Espanha. (VARNHAGEN, 1857, tomo II: XV).

resgatar do esquecimento os gloriosos feitos que conduziram, no passado, à formação e à consolidação da nacionalidade brasileira. Para tal, aconselhava Varnhagen, o historiador agia mesmo como um dramaturgo, escondendo, “por traz dos bastidores”, as “ações (boas ou más) desnecessárias, segundo seu modo de ver”, para a “geração actual” (VARNHAGEN, 1948: 234).

Assim, ao apresentar a *HGB*, afirmava que a seu ver a história iluminava o passado e clareava o caminho percorrido pelos homens, apontando rumos e guiando os vivos no presente; a história ministrava lições que, se bem ensinadas e aprendidas, possibilitariam ao presente evitar erros cometidos no passado e, sobretudo, incentivar a imitação de ações gloriosas.

Na edição do primeiro volume da *HGB*, em 1854, Varnhagen acrescentou à seção de *Introdução* um subtítulo: *Duas palavras sobre esta obra*. As “duas-palavras” diziam respeito a dois temas apresentados pelo autor na forma de perguntas que ele imediatamente se prontificava a responder. Uma delas era: por que escrever uma obra de história? E prontamente respondia: uma obra de história, imparcialmente escrita, tinha o propósito de ministrar “algum conselho para os que venham a ter a missão de governar ou de organizar estados novos” porque “os exemplos do passado lhe ajudam a indicar conveniências do futuro” (VARNHAGEN, 1854: 11-12). Uma obra de história tinha, portanto, um público-alvo constituído por aqueles que se preparavam para dirigir a nação. Logicamente, ao apontar a utilidade de uma obra de história para esses homens, Varnhagen também escolhia seus leitores.

Em 1857, no *Prefácio* do segundo volume da *HGB*, o historiador retomaria o tema reafirmando que uma obra daquela natureza auxiliaria “ao estadista, ao jurisconsulto, ao publicista, ao diplomata, ao estrategico, ao naturalista, ao funcionario e aos varios artistas” (VARNHAGEN, 1857, Prefácio: VII.). Insistia que fizera “apreciações justas e imparciaes para justa e imparcialmente poder caminhar de frente levantada, expondo a progressiva cilivisação do Brazil, sentenciando imparcilmente aos delinquentes e premiando o merito” (VARNHAGEN, 1857, Prefácio: IX).

Entretanto, foi no *Prólogo* da reedição da *HGB*, em 1877, já ao final de sua vida, que ele mais se estendeu sobre os temas morais que, a seu ver, envolviam a escrita da história. Lançava mão, naquele momento, da “autoridade insuspeita” de Toqueville, conforme declarava, para responder àqueles que “imaginem de menos interesse o estudo da nossa história”. Respalando-se na opinião do autor citado, afiançava que o estudo da história permitiria a um povo conhecer e valorizar “todas as tradições do seu passado único”,

enquanto seu desconhecimento o tornava propenso a cair em guerras civis infundáveis ou sob o jugo de estrangeiros (VARNHAGEN, 1877, Prólogo: VIII-IX.). O estudo da história do Brasil era profícuo sobretudo porque fora “entre as principaes [nações] da America a que custou mais esforços e mores trabalhos aos seus colonizadores”. Isto porque se os colonizadores espanhóis encontraram povos “obedientes e com certa civilização” e os ingleses desfrutaram de um clima ameno, “sem cobras nem animaes venenosos”, o colono português havia-se defrontado com uma natureza indomável e um clima abrasador. Esse colono também se achou frente a frente com hordas selvagens, contra as quais fora obrigado a lutar. Nessas lutas, lembrava, “não poucos pereceram e foram por elles devorados”. Assim, fora “á custa das lágrimas do exílio” que os colonos “legaram (...) a nós, seus herdeiros, as casas fabricadas, as fazendas criadas, as villas e cidades fundadas, - a vida, a religião, o commercio, a riqueza, a civilização,... a pátria em fim”. Perguntava retoricamente a seu leitor se haveria possibilidade de imaginar que a existência, no Brasil independente, de “eminentes cidades policiadas e fontes de riqueza, abertas pela agricultura, pela industria e pelo comercio”, como fruto do acaso. Categórico respondia: “Não. Custára a vida e o trabalho de um grande número de gerações (...). (...) muitos [colonos] nos legaram acções meritorias e de abnegação e desinteresse, que não só por gratidão como até por conveniencia, nos cumpre commemorar (...)” (VARNHAGEN, 1877, Prólogo: VI, VIII, IX). E era exatamente por isso que concordava com o desembargador Alencar Araripe, de quem citava:

(...) nada excita tanto o esforço do homem para o bem como a recordação das nobres acções dos seus maiores.... O zelo de suffragar a virtude dos Paes é já nos filhos um princípio de virtude. Supprima-se ás nações o conhecimento do seu passado e teremos a humanidade sempre no berço da infância (VARNHAGEN, 1877, Prólogo: VII).

O historiador brasileiro acreditava que sua obra era uma lição de patriotismo pois rememorava os feitos e acontecimentos que permitiam recompor, numa linha única, desde o início da colonização, a formação da unidade da nação. Como historiador consciencioso, remontara “às fontes mais puras”, para escrever a obra que tinha em mira; visava com ela “(...) fornecer dados aproveitáveis na administração do Estado, (...) fortificar os vínculos da unidade nacional, e aviventar e exaltar o patriotismo, e enobrecer o espírito público, aumentando a fé no futuro e na glória das letras (...)”(VARNHAGEN, 1877, Dedicatória: s/p.). Uma história que tinha, portanto, preocupação com o presente e o futuro da nação, a qual o historiador, por sua vez, se propunha a bem orientar e encaminhar, graças aos exemplos que fornecia.

O que lhe parecia central e que defendia, era que uma história nacional deveria ser, antes de mais nada, porque permitiria aos habitantes do Brasil sentir-se partícipe do todo único da nacionalidade brasileira, o que evitaria que interesses locais e parciais se colocassem acima dos interesses gerais. Sua obra, garantia, era útil porque “representava (...) a integridade do Brasil” e oferecia modelos de “boas ações” (VARNHAGEN, 1857: VIII-VI).

O historiador Varnhagen, já na segunda metade do século XIX, apresentava suas obras a seus leitores retomando e atualizando temas que foram caros aos antigos: a função moral da história e o incentivo à imitação e à emulação, a convicção de ser necessário escrever uma história imparcial, capaz de premiar e de vilipendiar e a certeza de que escrevia a verdade histórica. A relação de suas reflexões sobre a história com a dos antigos também pode ser constatada em várias passagens da *HGB*, nas quais fazia referência a autores como Cícero, Heródoto, Strabo, Tácito, ou em que recomendava que se buscassem informações na *Ilíada*¹. Em todos os casos, estamos diante de autores que, conforme destacou François Hartog, argumentaram “a favor do assunto [da escrita da história], de sua importância” (HARTOG, 2001: 11). Os escritos desses autores, que sobreviveram até nós, constituem parte, como mostra Hartog, de um longo debate acerca da forma de se escrever a história e de seus fins. Todos esses escritores que aparecem citados, direta ou indiretamente, por Varnhagen – como Cícero, Tácito e Luciano – ou que se supôs por ele lidos – como Políbio e Plutarco –, fizeram parte de uma “história de longa duração” de reflexão e prescrição sobre a história.

Ex-aluno do Colégio Militar, leitor do *Compendio de Historia Universal* do professor António Leite Ribeiro, Varnhagen carregou, ao longo de sua vida, um aprendizado escolar que foi inúmeras vezes recuperado e recolocado, certamente também porque permanecia reconhecido como válido por seus contemporâneos.

Referências bibliográficas

- Alvará, e Regulamento para o Real Collegio Militar da Luz. Lisboa: Impressão Régia, 1816.
- CHERVEL, André e COMPÈRE, Marie-Madeleine. Les humanités dans l’histoire de l’enseignement français. In: Histoire de l’Éducation: les humanités classiques. Paris: Service d’histoire de l’éducation de l’Institut National de Recherche Pédagogique. N° 74. 1997. p. 5-38.
- COSTA MATOS, José Alberto da. História do Colégio Militar. Lisboa: s/ed, 2003. 3 vols.
- CORDEIRO, Luciano. O Real Collegio Militar: apontamentos para a história d’este instituto: Planos de estudos. Lisboa: Imprensa Nacional, 1873.
- Estatutos do Real Collegio Militar da Luz. Lisboa: Impressão Regia, 1814.

GENETTE, Gérard. L'instance préfacielle. In: GENETTE, Gérard. *Seuils*. s/l, s/e, 1987. p. 150-181.

HARTOG, François. O advogado e o historiador – a história como mestra da vida. In: HARTOG, François. *A história de Homero a Santo Agostinho*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2001. p. 144-185.

Livro de Termos das Sessões da Congregação Litteraria deste Real Collegio Militar, 1º de outubro de 1824. (Trata-se do segundo livro de atas da Congregação Literária).

MAYA, Fernando da Costa. *Memória historica e descriptiva do Real Collegio Militar: primeiro centenario do Real Collegio Militar*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1903.

Registo dos Alumnos do Real Collegio Militar. (Pasta de Francisco Adolfo de Varnhagen).

RIBEIRO, António Leite. *Compendio de Historia Universal*. Lisboa: Imprensa Regia, 1823.

SILVA, Inocêncio Francisco da. Francisco Adolpho de Varnhagen. In: *Archivo Pittoresco*. 1858.(Semanaário Dominical). p. 356-358/ p. 387-389.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. Como se deve entender a nacionalidade na História do Brasil. *Anuário do Museu Imperial*. Petrópolis: Ministério da Educação e Saúde, 1948 (1852), p.229-236.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *História Geral do Brasil*. Madrid: Impr. Impr. da Viúva de Domínguez, 1854. Tomo I.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. Dedicatória a Sua Magestade Imperial o Senhor D. Pedro II. In: VARNHAGEN, F. A. *História Geral do Brazil: antes de sua separação e independência de Portugal*. 2º ed. Rio de Janeiro: E. & H. Laemmert, s/d, s/p. Tomo I. (1877).

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. Prólogo. In: VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *História geral do Brasil, antes da sua separação e independência de Portugal*. 2º ed. Rio de Janeiro: Casa de E. & H. Laemmert, s.d., tomo I. (1877). p. V-XVII.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. Prefácio. In: VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *História geral do Brasil, antes da sua separação e independência de Portugal*. 2º ed. Rio de Janeiro: Casa de E. & H. Laemmert, s.d., tomo I. (1877). p. XIX-XXVIII.

ⁱ Em passagens de sua obra, Varnhagen mencionava os autores antigos e o fazia sempre de forma positiva, recomendando-os como modelos ou como fontes de informação. Por exemplo, numa nota ao Discurso Preliminar, no segundo volume da *HGB*, afirmava que até os pagãos admitiam a existência do pecado original e recomendava a consulta aos escritos de “graves escriptores”, como Cícero e Ovídio. VARNHAGEN, 1857, p. XVIII, nota 1. Discurso Preliminar. VARNHAGEN, 1978 (1877), vol. I, p. 36/53/55.